

Hidropolítica e o jogo de escalas: conflitos por água e relações de poder no semiárido

Aryan Carlos de Oliveira Silva¹
Edu Silvestre de Albuquerque²

Resumo

A iminência de crises hídricas tem levado instituições públicas, privadas, governos, cidadãos e grupos da sociedade civil a um olhar mais atento em relação ao uso da água. As regiões semiáridas, naturalmente propícias às secas, encontram dificuldades na manutenção das necessidades básicas e produtivas. Essa problemática se agrava com a miséria social crônica instalada regionalmente, a concentração da propriedade da terra, as políticas públicas que não se efetivam e as relações de poder dissimétricas. Assim, conflitos por água eclodem em escalas diversas, englobando diferentes atores, que ao passo que defendem seus interesses políticos e/ou econômicos, produzem e reconfiguram o território do semiárido. Desta forma, a hidropolítica vai se desenhando não apenas nos conflitos envolvendo os corpos d'água, mas também, no uso social ou econômico da água, que se faz presente no cotidiano da sociedade. Portanto, objetivamos analisar o contexto hidropolítico e as relações de poder no semiárido nordestino, bem como as interações dos atores nos conflitos por água. Especificamente, pretendemos: a) identificar as relações hidropolíticas presentes no semiárido; b) caracterizar as relações de poder no contexto hidropolítico e; c) apontar a interrelação entre conflitos por água e relações de poder no semiárido. As muitas relações de poder dissimétricas características da hidropolítica e dos conflitos por água no semiárido vão para além da questão da propriedade da terra e de tudo o que ela contém. Estas envolvem escalas diversas, destacando a construção e configuração dos sistemas de adutoras, as políticas de abastecimento, como os caminhões-pipa, e o tratamento e reúso do esgoto.

Palavras-chave: Hidropolítica; Conflitos por água; Relações de poder.

Hydropolitics and the game of scales: conflicts over water and power relations in the semi-arid region

Abstract

The imminence of water crisis has led public and private institutions, governments, citizens and civil society groups to take a closer look at water use. Semi-arid regions, naturally prone to droughts, find difficulty in the maintenance of basic and productive needs. This problem is aggravated by the chronic social destitution installed in the region, concentration of land ownership, public policies that do not take effect and dissymmetrical power relations. Thus, water conflicts flare up on different scales, encompassing different actors, who, while defending their political or economic interests, produce and reconfigure the semi-arid territory. In this way, hydropolitics takes shape not only in conflicts involving water bodies, but also in the social or economic use of water, which is present in society's daily life. Therefore, we aim to analyze the hydropolitical context and power relations in the semi-arid region, as well as the interactions of actors in water conflicts. Specifically, we intend to: a) identify the hydropolitical relations present in the semi-arid region; b) characterize power relations in the hydropolitical context and; c) point out the interrelationship between water conflicts and power relations in the semi-arid region. The many dissymmetrical power relations characteristic of hydropolitics and conflicts over water in the semi-arid region go beyond the question of land ownership and all that it contains. These involve power relations, different scales, construction and configuration of pipeline systems, supply policies, such as tanker trucks, treatment and reuse of sewage.

Keywords: Hydropolitics; Conflicts over water; Power relations.

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN.

aryncarlos95@gmail.com

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES pelo apoio a atividade de pesquisa pública e de qualidade através das bolsas de Demanda Social (DS)

² Doutor em Geografia, Docente do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da UFRN.



Hidropolítica y el juego de escalas: conflictos por el agua y las relaciones de poder en el semiárido

Resúmen

La inminencia de las crisis de agua han llevado a instituciones públicas y privadas, gobiernos, municipios y grupos de la sociedad civil a poner más atención en el uso del agua. Las regiones semiáridas, naturalmente predispuesto a la sequía, tienen dificultades para mantener las necesidades básicas y productivas. El problema se agrava por la pobreza social crónica de la región, la concentración de tierras, políticas públicas ineficaces y relaciones de poder asimétricas. También, los conflictos por el agua han estallado en distintas escalas, involucrando a distintos personajes que, defendiendo sus intereses políticos o económicos, producen y reconfiguran el territorio semiárido. De esta forma, la hidropolítica se desarrollará no sólo en los conflictos que involucran cuerpos de agua, sino también en el uso social o económico del agua, presente en el cotidiano de la sociedad. Así, nos proponemos analizar el contexto hidropolítico y las relaciones de poder en el semiárido, así como las interacciones de dos actores en conflicto por el agua. Específicamente, se pretende: a) identificar las relaciones hidropolíticas presentes en la región semiárida; b) caracterizar las relaciones de poder en el contexto hidropolítico y; c) señalar la relación entre los conflictos por el agua y las relaciones de poder en la región semiárida. Las múltiples relaciones de poder asimétricas características de la hidropolítica y los dos conflictos por las aguas en el semiárido van más allá de la cuestión de la propiedad de la tierra y todo lo que contiene. Estos implican relaciones de poder, diferentes escalas, construcción y configuración de dos sistemas de proveedores, políticas de abastecimiento, como *tube-trucks*, o tratamiento y reutilización de residuos.

Palabras clave: Hidropolítica; Conflictos por el agua; Relaciones de poder.

Introdução

Com o crescimento demográfico e o aumento da produção de bens e oferta de serviços, amplia-se o consumo de água de forma direta e indireta. Isso significa, ao mesmo tempo, elevar os impactos ambientais sobre as fontes hídricas ao passo que diminui a capacidade de renovação das águas superficiais e subterrâneas. Desta forma, a hidropolítica vai englobando não apenas os conflitos envolvendo os corpos d'água, mas se estabelecendo no uso social ou econômico da água a partir do cotidiano.

As regiões semiáridas, naturalmente propícias às secas, corriqueiramente são afetadas pelas estiagens, dificultando a produção agropecuária e a manutenção das necessidades básicas das populações locais. A questão hídrica no semiárido é, portanto, substancialmente agravada pelas problemáticas sociais presentes nestas regiões, como: a concentração da renda, da terra e da água e a apropriação das políticas públicas por grupos restritos. Estes aspectos fazem da hidropolítica do semiárido, em seus conflitos hídricos e relações de poder, algo particularmente complexo.

As macroescalas sempre foram privilegiadas na análise hidropolítica, tendo as relações internacionais como campo de operacionalização deste conceito. Um ajuste



escalar se faz necessário para que o conceito seja empregado à microescala, o que nos conduz para a escala geográfica de análise que contemple as relações sociais, conflitos por água e relações de poder que envolvem pequenas comunidades e grupos de indivíduos e famílias.

Historicamente as relações sociais no semiárido do Nordeste do Brasil se deram de forma clientelista, tendo a figura dos coronéis como produto e produtora das relações de poder na escala regional e local. É na microescala que temos o controle político e social sobre recursos naturais como terra e água, ou seja, os bens mais fundamentais em áreas de escassez. Nas macroescalas temos as relações políticas dos coronéis com os parlamentares, o que lhes permitiam o acesso à políticas públicas de diversas naturezas.

Mediante a problemática em análise, é conveniente indagar-se; como se desenvolve as disputas hidropolíticas no semiárido nordestino? Essas disputas são mediadas por quais tipos de relações de poder? Partimos do pressuposto que as relações hidropolíticas no semiárido ocorrem de forma multiescalar e mediadas por relações de poder que extravasam os conflitos por água.

Portanto, objetivamos analisar o contexto hidropolítico e as relações de poder no semiárido, bem como as interações dos atores nos conflitos por água. Especificamente, pretendemos: a) identificar as relações hidropolíticas presentes no semiárido; b) caracterizar as relações de poder no contexto hidropolítico; e c) apontar a interrelação entre conflitos por água e relações de poder no semiárido

Metodologia

No que se refere aos caminhos metodológicos, este trabalho se vale da pesquisa bibliográfica sobre a temática. A fonte de pesquisa foi a rede mundial de computadores (internet), destacando plataformas como: Google Acadêmico, SciELO, periódicos Capes, e os repositórios dos programas de pós-graduação em Geografia e áreas afins da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade de Brasília (UnB).



No que se refere ao conceito de hidropolítica nos baseamos em: Alba (2007), Queiroz (2011) e Silva (2017). No que tange às relações de poder, encontramos suporte em Raffestin (1993) e Sanches (1993). Já no que se refere aos conflitos por água e relações sociais no semiárido nordestino, encontramos sustentação em: Oliveira (1981), Lima (2006) e Silveira (2017).

Buscamos construir uma base analítica pautada na dimensão prática do fenômeno hidropolítico. Esta reflexão, antes de tudo, busca evidenciar as relações hidropolíticas envolvendo conflitos por água e as relações de poder no contexto da semiaridez. Onde, mesmo que não citando a terminologia, trabalhos que tratam de cenários hidropolíticos podem ser facilmente encontrados. Estes estudos tratam de conflitos ou cooperação tendo a água e seus múltiplos usos como elemento central nas mais variadas escalas. São protagonistas nestes estudos o Estado, as empresas, os pequenos, médios e grandes proprietários rurais.

O semiárido brasileiro é uma área vasta com características próximas de solo, vegetação e pluviometria, se fazendo presente nos nove estados da Região Nordeste e em dois estados da Região Sudeste (Mapa 1), quais sejam Minas Gerais e Espírito Santo (SUDENE, 2021). Isso corresponde a 1.427 municípios que atingiram pelo menos um dos requisitos (CBHSF, 2022) para serem considerados integrantes do semiárido. Os requisitos, conforme a resolução CONDEL/SUDENE Nº 150, de 13 de Dezembro de 2021 são: “precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800mm, índice de aridez de Thorntwaite igual ou inferior a 0,50 e percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%”.

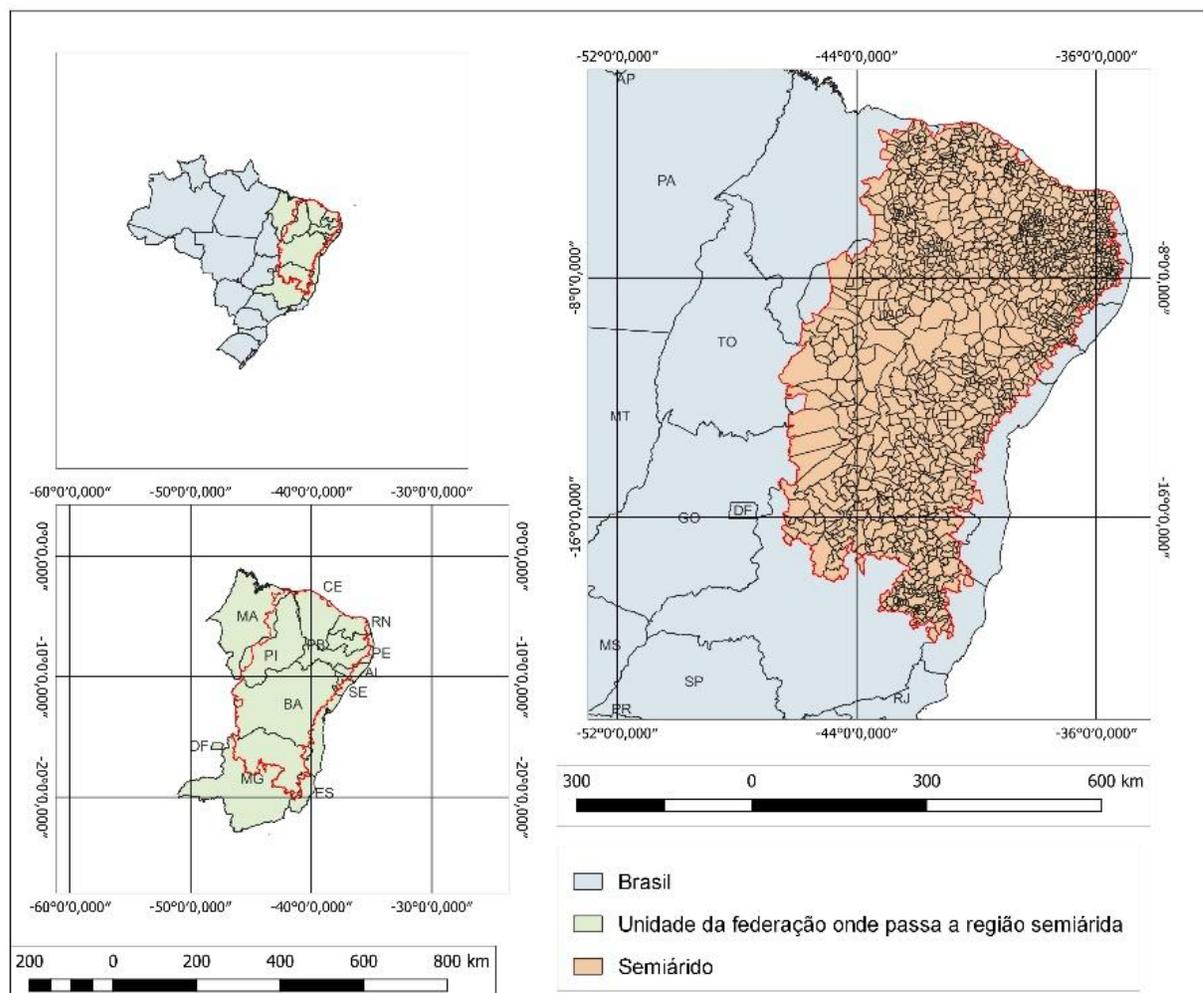
Conforme a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2022), o semiárido brasileiro abrange 31,2 milhões de habitantes, sendo 14,6% da população do país, em uma área de 1.128.697 km² (SUDENE, 2017), o que faz do semiárido brasileiro o mais populoso do mundo.

A região semiárida nordestina tem características particulares e heterogêneas. O solo se caracteriza como raso e pedregoso, com águas subterrâneas e alta concentração de sais (essa característica muda a depender do local). A vegetação predominante é de caatinga Hipoxerófila (mais arbórea, encontrada em área de



transição) e Hiperxerófila (mais espinhosa e arbustiva de pequeno porte). A pluviometria é baixa, acontece em períodos curtos e espacialmente desigual.

Mapa 1: Mapa de localização do semiárido brasileiro



Fonte: Autor, 2023. Sistema de Coordenadas Geográfica SIRGAS 2000.

A região semiárida é ainda uma unidade de gestão territorial e, portanto, propícia a receber políticas públicas específicas. Isso fez com que o semiárido passasse por alterações na sua delimitação territorial em períodos de tempo relativamente curtos. Desta forma, para o Estado e suas unidades federadas, o semiárido é considerado *locus* de intervenção de políticas públicas de gestão do território que buscam o desenvolvimento local e correções de assimetrias regionais.

Hidropolítica: escalas e conflitos por água no contexto do semiárido

A iminência de crises hídricas tem levado instituições privadas, governos, cidadãos e grupos da sociedade civil a um olhar mais atento em relação ao uso da água. Essa tendência global vem se configurando no cenário político a partir da segunda metade do século XX.

De acordo com Vianna (2005, p. 343), “a importância dos recursos hídricos em seus diversos usos nas atividades sociais e econômicas é por si conflituosa, dada a necessidade da água para a manutenção do meio ambiente em geral e da vida humana em particular”. Por ser a água em grandes quantidades indispensável aos processos agrícolas e industriais modernos, medidas devem ser tomadas para garantir um desenvolvimento local e global sustentável.

É nesse interim de relações políticas, econômicas e sociais que o conceito de hidropolítica se revela útil. Este diz respeito aos conflitos e cooperações em relação ao uso da água, envolvendo diversos atores - proprietários rurais, empresas e Estado nacional em escalas diversas (Queiroz 2011). Já Alba (2007, p. 100), acerca da Hidropolítica enfatiza que “este conceito nos permite ressaltar o caráter geoestratégico dos conflitos pela água, como um fator de rivalidade não insignificante”.

Tradicionalmente este conceito sempre foi operacionalizado em grandes áreas e tinha os Estados nacionais e o sistema internacional como os principais protagonistas (SILVA, 2017). Entretanto, “a literatura geográfica contribui para o debate ao buscar desconstruir os recortes espaciais adotados para o estabelecimento da governança conjunta dos recursos hídricos e com a análise dos diferentes atores que participam na construção da hidropolítica para além do estado nacional” (Idem, 2017, p. 46).

Tendo em vista que as macroescalas foram privilegiadas no conceito de hidropolítica em sua formulação no campo de estudo das Relações Internacionais, se faz necessário uma transição escalar no uso deste, com o propósito de pôr luz sobre as múltiplas relações presentes nos conflitos por água. Mais que uma transição escalar, se faz necessário o uso de uma escala geográfica de análise que considere além do plano cartográfico, as diversas relações sociais, políticas, econômicas e culturais no espaço geográfico (CASTRO, 2000).



Operacionalizar o conceito de hidropolítica em face de outras escalas geográficas permite empregá-la nas mais diversas relações sociais inerente aos conflitos por água, pois, “neste caso, o conceito permite focar sobre o desenvolvimento de tensões derivadas do uso, do controle e da distribuição da água, assim como, pelos territórios em sua qualidade e quantidade” (ALBA, 2007, p. 101). O que possibilita a este conceito ser “empregado para analisar as relações multisetoriais de cooperação ou conflito pelo uso dos recursos hídricos.” (SANTOS, 2020, p. 49-50).

A hidropolítica pode perpassar diversas escalas e diversos níveis hierárquicos de análise. Do local para o global, a questão das escalas se comporta de forma multisetorial, envolvendo diferentes atores. Essas escalas se inter-relacionam, formando um complexo conjunto de escalas e uma rede de variados protagonistas estatais e não estatais. À medida que se expande ou retrai a escala de observação, aspectos variados dos conflitos por água são postos em evidência ou perdem relevância.

Não há uma regra consensual para enquadrar os conflitos por água, basta que exista um desentendimento entre usuários (VIEIRA, 2008) e, não necessariamente, esse conflito será em torno de uma grande obra hídrica, como uma barragem. Muitos conflitos eclodem em escala local, entre o poder público e usuários, entre usuários e empresas privadas, entre usuários e instituições responsáveis pela distribuição da água. Na maioria dos casos, um conflito por água, por menor que seja sua área de abrangência, não vai se restringir apenas a um ator ou uma escala única, geralmente envolve diferentes atores em diferentes níveis escalares.

O que torna o conflito visível é a escala de análise, portanto esta, deve servir de lupa sobre o fenômeno e torná-lo aparente (CASTRO, 2000). A escala não substitui o fenômeno, é o meio de trazê-lo à luz daqueles que não tem o olhar geográfico apurado. Em consonância com esta perspectiva, Veiner (1986, p. 24) salienta que “em outros termos, a análise da escala não pode pretender substituir a dos processos”.

O cenário na semiaridez se configura como pano de fundo para a eclosão de conflitos por água em diversas regiões do mundo. O semiárido brasileiro não foge a essa realidade conflituosa. Nesta região, naturalmente propícia às secas, com solos rasos, chuvas geográficas e temporalmente mal distribuídas (SILVA, 2018), os conflitos



por água se aliam as condições de expropriação do trabalho, da terra e da renda dos miseráveis da semiáridade.

A eclosão desses conflitos envolve diversos atores sintagmáticos, a depender da intensidade que os conflitos venham a tomar. A respeito dos atores sintagmáticos, conforme definição de Raffestin (1993, p. 40), “manifesta, com precisão, a ideia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo. Assim, todas as organizações, da família ao Estado, passando pelos partidos, pelas igrejas e as empresas, são atores sintagmáticos”.

Os atores sintagmáticos protagonistas em relação a questão hídrica no semiárido brasileiro são as instituições governamentais (em todos os níveis) e uma plêiade de atores não estatais, como empresas, grupos organizados da sociedade civil - Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), associações, etc. -, instituições religiosas e usuários individuais - como irrigantes, pescadores, vendedores de água e pequenos agricultores.

A localização dos atores em relação aos recursos hídricos é fundamental na conformação de um contexto hidropolítico, pois remete à ação destes no espaço geográfico, isto é, permite determinar o poder de intervenção e negociação referente aos recursos (QUEIROZ, 2011).

Aplicando o princípio geográfico básico da localização, é possível afirmar que atores localizados territorialmente a montante dos corpos hídricos, como rios ou barragens presentes nas bacias hidrográficas, têm maior poder de negociação em relação a quem está a jusante. Por exemplo, o proprietário que resolve abrir uma série de poços superficiais ao longo de um corpo hídrico, automaticamente vai influenciar na oferta de água a jusante. A situação é ainda mais problemática quando se trata de um rio intermitente, com chuvas mal distribuídas em um curto período de tempo, além do fenômeno da seca (algumas prolongadas).

Além da falta de controle efetivo na posse dos recursos hídricos, o semiárido nordestino enfrenta o problema de políticas públicas que não erradicam a miséria crônica e, por vezes, até contribuem para relações de poder centradas em grupos hegemônicos.



Estes aspectos conformam a hidropolítica na região semiárida nordestina, onde por um lado, as questões naturais que aparecem como desculpa para a perpetuação da miséria da região. E por outro, uma aristocracia rural ainda forte, detentora da terra e da água, com influência no poder político local, estadual e nacional, busca políticas públicas para benefício próprio.

Hidropolítica e relações de poder no semiárido nordestino

A região semiárida brasileira, em razão de eventos naturais, passa por períodos críticos de escassez hídrica. Vale ressaltar, por exemplo, que a década de 2011 a 2020 foi marcada por uma das maiores secas prolongadas de que se tem notícia (SUDENE, 2019). Mesmo locais com uma disponibilidade maior de água, como as costas litorâneas e áreas de exceções, como os brejos de altitude, sofreram duramente neste período prolongado de estiagem quando comparados a outros períodos de escassez hídrica.

Vale ressaltar que a escassez hídrica do semiárido é agravada por problemas históricos como a forma de ocupação baseada na concentração da propriedade da terra, o que conseqüentemente, concentrou os recursos hídricos e consolidou uma aristocracia rural nordestina, representada pela figura dos coronéis. Se esses latifúndios foram fracionados por venda e herança, a propriedade sobre os recursos hídricos continuou problemática.

Quando às obras hídricas, como a construção de barragens, poços, açudes e sistemas de irrigação, desde ainda o início do século XX, por mais emergencial e inadequado que fossem, representaram uma racionalidade e uma utilidade. A intenção era proporcionar aos fazendeiros nordestinos água para que pudessem continuar perpetuando a estrutura fundiária, política e econômica atrasada vigente. Essa intenção era travestida de combate à seca, mais conhecida popularmente como “indústria da seca”, tendo os coronéis aliados aos políticos locais e regionais como os mais beneficiados dessas políticas públicas.

Conforme Oliveira (1981), as políticas públicas para a região semiárida conduzidas por órgãos públicos como IFOCS³, depois DENOCS⁴ e, mais tarde,

³ Inspeção Federal de Obras Contra as Secas.



SUDENE,⁵ se dedicavam a construir barragens, poços e estradas nas grandes e médias propriedades. “A açudagem fortaleceu o poder político das oligarquias algodoeiro-pecuária, e concedeu aos pecuaristas, além da propriedade da terra, o controle da água” (SILVEIRA, 2017, p. 113-114), e aos pobres lhes restou a subserviência e a miséria extrema.

Essas obras serviam, em sua maioria, para a sustentação do gado dos fazendeiros nordestinos ou de sua produção agrícola, e apenas marginalmente, serviam aos pequenos camponeses (OLIVEIRA, 1981). Conforme Silveira (2017, p. 24), “a sede no semiárido brasileiro é naturalizada como coisa da natureza, desvinculada das contradições que fundam as relações sociais capitalistas no campo.” Possuir terra no semiárido significa possuir água, e por isso que os conflitos por água não podem ser desvinculados da questão agrária da região.

Os coronéis tinham uma forte aliança com os políticos locais e regionais, isto quando estes ou seus familiares não eram os próprios políticos. Esses parlamentares amigos do executivo e legislativo eram encarregados de conseguir recursos para os coronéis; e estes, por sua vez, eram responsáveis por manter o controle social e garantir os votos para os políticos (LIMA, 2006). Nessa relação orgânica, no discurso político a seca era o grande problema da região e deveria ser combatida para haver desenvolvimento.

Lima (2006, p. 36) ressalta que “a seca nessas regiões constitui além de um fenômeno climático, uma estratégia de dominação tradicionalmente realizada por latifundiários, diretamente beneficiados pela indústria da seca”. Os coronéis dominavam os bens naturais terra e água, a política e suas benesses, a economia local e as relações produtivas, o que lhes outorgava não só o direito de possuir as terras e águas, mas também exercer o controle social.

Conforme Raffestin (1993, p. 5), “o poder não é nem uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda “produção” que se apoia no espaço e no tempo.” E continua o autor, “em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido.” (RAFFESTIN, 1993, p. 7).

⁴ Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

⁵ Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.



As relações de poder são um processo que se realiza no cotidiano social entre indivíduos, entre estes e instituições e entre grupos sociais organizados (SANCHES, 1992). As relações sociais se dão de forma hierárquica e implicam também na materialização das relações de poder: “É indubitável que as relações de poder assumam uma forma espacial-territorial, dado que o espaço é o âmbito onde se materializam” (Idem, 1992. p. 30). O exercício do poder evidencia a dissimetria entre os atores que constitui o espaço geográfico, seja ela política, social ou econômica, onde os atores, de alguma maneira, procuram formas de dominar os outros.

O poder na sua essência pode ser pensado por muitas dimensões e escalas. Raffestin (1993) citando Foucault, nos brinda com duas perspectivas de poder, o Poder como nome próprio e poder como nome comum. Como nome próprio, o Poder, é ação do Estado, a partir das instituições, sobre os cidadãos, impondo regras, leis, princípios obrigatórios e coagindo as pessoas a agirem conforme a jurisdição de cada nação. O poder, como nome comum, toma dimensão do invisível, daquilo que se exerce sobre outro sem que sequer tenha um incomodo a priori. Este último poder está nas entranhas do Poder do Estado, está em toda parte, "até no coração homem" (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

Desta forma, no contexto do semiárido, a posse da terra e da água são elementos de primeira ordem para as relações de poder em geral e nas hidropolíticas em particular. Raffestin (1993. p. 231) nos alerta que “o controle ou a posse da água são sobretudo de natureza política, pois interessam ao conjunto de uma coletividade”. Concordando com este, Alba (2007, p. 101) afirma que, “o controle da água expressa formas de exercício de poder e de dominação política, seja entre grupos ou nos territórios”.

Para Porto-Gonçalves (2011, p. 419), “a água tem que ser pensada enquanto território, isto é, enquanto inscrição da sociedade na natureza, com todas as contradições implicadas no processo de apropriação da natureza pelos homens.” Nesta perspectiva, o conflito por água é também conflito territorial, pois o uso da água é a reprodução da sociedade nos territórios em todos os sentidos, forças e contradições.

Assim, “a água deve ser vista não apenas como "pano de fundo" desse complexo quadro regional, mas também como um elemento-chave nas disputas pelo



território.” (VIANNA, 2005, p. 347). O uso da água, mais perceptivelmente em territórios de semiaridez, se dá de forma dialética e contraditória, pois expressam relações de poder desigual, tendo em vista que o acesso à água é fundamental ao desenvolvimento.

Considerações finais

A crise hídrica se prenuncia hoje como uma questão global. Por isso, nas palavras de Porto-Gonçalves, “a análise da água requer, o tempo todo, que se a considere na sua geograficidade, isto é, na inscrição concreta da sociedade da sua geografia, com as suas diferentes escalas, local, regional, nacional e mundial.” (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 446). A escassez hídrica passa a ser sentida até em regiões que outrora eram consideradas abundantes de água, isso se dá por uma demanda industrial, agrícola e energética crescente, que foi impulsionada pela explosão demográfica dos últimos 70 anos.

Essa escassez tem sido mais sentida pelas populações mais pobres de países periféricos e em áreas de semiaridez, como no semiárido brasileiro. Este último, apesar de receber mais chuvas que outras regiões semiáridas do mundo, ainda parece distante de resolver seus problemas derivados da escassez hídrica; isso pode refletir ainda o uso inadequado de técnicas ou a incapacidade de estocagem de água. A região semiárida naturalmente sofre dificuldade de abastecimento de água, o que é agravado por aspectos históricos na forma de ocupação do território, políticas públicas ineficientes, distribuição extremamente desigual da renda e relações de poder dissimétricas.

Esse conjunto de fatores formou uma forte e organizada aristocracia rural nordestina (depois industrial) capaz de centralizar as políticas públicas. Aliada da classe política e controlando os meios produtivos, como terra e água, essa estrutura elitista tem por cerne a expropriação do trabalho e o uso do crédito público. O controle da terra no passado recente, e cada vez mais o controle da água no presente, configura a mais importante das assimetrias sociais que caracterizam o semiárido nordestino.

Mas as muitas relações de poder dissimétricas características da hidropolítica e dos conflitos por água no semiárido, vão também para além da questão da propriedade da terra e de tudo o que ela contém. Estas envolvem a construção e configuração dos



sistemas de adutoras, as políticas de abastecimento com caminhões-pipa, o tratamento e reuso do esgoto etc.

Outra problemática relevante nas relações hidropolíticas é como se insere o local dentro do cenário de conflitos ou cooperação em relação aos diferentes usos da água em bacias ou sub-bacias hidrográficas. Em regra, as unidades de gestão dos recursos hídricos não respeitam os limites municipais e, em muitos casos, estaduais, isso faz com que seja urgente mecanismos de gestão cooperativos em relação aos recursos hídricos nas bacias hidrográficas.

Referências

ALBA, Felipe de. Geopolítica del agua en México: La oposición entre la hidropolítica y el conflicto sociopolítico. Los nuevos rostros de las “luchas” sociales. In **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. V. 8, 2007 p. 95-112. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/i/2007.v8n1/>, acesso em: 20 de outubro de 2021.

CASTRO, Iná Elias de. O pro da escala. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e temas**. 2ªed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 117 a 140.

CBHSF-Comitê de Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, **Semiárido brasileiro passa por nova delimitação e tem mapa aumentado**. 2022. Disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/>, acesso em: 25 de janeiro de 2023.

LIMA, Valéria Raquel Porto de. Conflito pelo uso da água do Canal da Redenção: Assentamento Acauã – Aparecida – PB. 2006. Monografia (Graduação em Geografia) - Centro de Ciências Exatas e da Natureza, **Universidade Federal da Paraíba**, João Pessoa, 2006. 96p.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia pra uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981. 132 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 462p.

QUEIROZ, Fábio Albergaria de Hidropolítica e Segurança: as Bacias Platina e Amazônica em perspectiva comparada. 2011, Tese de Doutorado (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, **Universidade de Brasília**, Brasília, 2011, 374 p. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8017>, acesso em: 21 de setembro de 2021.



RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. Fernando Paixão. São Paulo: Ática, 1993.

SANCHEZ, Joan-Eugeni. **Geografía Política**. Madrid: Síntesis, 1992. 224 p.

SANTOS, Cínthia Leone Silva dos. O sistema Aquífero Guarani e o Banco Mundial: neoliberalismo, soberania e hidropolítica. 2020, Tese de doutorado (doutorado em Ciência Ambiental) - Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, **Universidade de São Paulo (USP)**, São Paulo, 2020, 273p.

SEI-Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, **Metade da população baiana vive na Região Semiárida**. 2022. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/>, acesso em 25 de janeiro de 2023.

SILVA, Luis Paulo Batista da. Hidropolítica sul-americana e a bacia do Prata: o lugar das sub-bacias em zonas de fronteira internacional. 2017, Tese de doutorado (doutorado em Geografia) - INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS (IGEO), **Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**, Rio de Janeiro, 2017, 272p. Disponível em: <http://www.geografia.ufrj.br/pos-graduacao/teses-dissertacoes-pggg/#teses2017>, acesso em: 1 de junho de 2022.

SILVA, Roberto da. As políticas das águas no semiárido brasileiro. In: SANTOS, A. P. S; ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M; BRAGA, R. A. P; LIMA, R. A; MEDEIROS S. S (Orgs), **O encolhimento das águas: O que se vê e o que se diz sobre crise hídrica e convivência com o semiárido**. Campina Grande: INSA, 2018, p.74-94.

SILVEIRA, Sandra Maria Batista. A Geopolítica da sede no Brasil: um estudo sobre água e pobreza no campo. 2017, Tese de doutorado (Doutorado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, **Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)**, Recife: 2017, p. 226. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28990>, acesso em 20 de junho de 2022.

SUDENE. **Delimitação do Semiárido**, 2017. Disponível em: <http://sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido> Acesso em: 07 de abril 2019

SUDENE, **Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste**. Recife: SUDENE, 2019, p. 222, disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/prdne-v-06-12-2019-v2-pdf>, acesso em, 16 de março.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In **Cadernos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Planejamento e Território ensaios sobre a desigualdade**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1986. p. 13 a 32. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/viewFile/281/91>, acesso em 5 de abril de 2022.

VIANNA, Pedro. A água vai acabar? A importância dos conflitos pela água na formação do Brasil. In ALBUQUERQUE, Edu Silvestre (Org.). **Que país é esse? Pesando o Brasil contemporâneo**. São Paulo: **Globo**, 2005. p. 341 a 348.

VIEIRA, Zédna Mara de Castro Lucena. Metodologia de análise de conflitos na implantação de medidas de gestão da demanda de água. 2008, Tese de doutorado (Doutorado em Recurso Naturais) - Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, **Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)**, Campina Grande, 2008. p. 237. Disponível em: <http://www.recursostrais.ufcg.edu.br/index.php/component/content/article?id=112>, acesso em: 28 de junho de 2022.

Recebido em 10.03.2023.

Publicado em 12.04.2023.

